

## **Das casas de trave às casas de espigão: processos de transformação dos montes da Serra do Caldeirão**

Miguel Reimão Costa  
Universidade do Algarve – FERN\*

À serra do Caldeirão está associada uma arquitectura vernacular própria que se distingue da dos territórios vizinhos. É esta a concepção que se infere da generalidade das abordagens que, de modo mais ou menos aprofundado, incidem sobre o tema. A caracterização da habitação serrana ocorre frequentemente por contraposição à habitação do Algarve Litoral e Barrocal e por integração nas áreas de montanha reconhecidas como espaços de preservação de hábitos e estruturas arcaicas. A investigação que tem vindo a ser desenvolvida neste território<sup>1</sup> tem, no entanto, permitido reconhecer um processo diacrónico de transformação da sua arquitectura vernacular que é legível, tanto ao nível morfológico como sintáctico, na grande maioria dos assentamentos da serra. Pretende-se com o presente artigo descrever de forma genérica os diferentes ciclos que conformam esse processo e elaborar, a partir dessa descrição, um diagrama de reinterpretação das plantas integrais de alguns aglomerados que têm vindo a ser elaboradas. Procurar-se-á, numa fase inicial, proceder a uma primeira aproximação ao tema através da (re)leitura articulada de alguns escritos, privilegiadamente datados do segundo e terceiro quartéis do século passado que levantam, em conjunto, algumas questões que a descrição subsequente do processo de transformação dos assentamentos poderá clarificar.

### **Sobre como está descrita a arquitectura da serra**

Procurando compreender de que modo está descrita a arquitectura da serra é importante constatar, num primeiro momento, que ao conjunto dos diferentes estudos que tratam o tema não assiste o propósito de estabelecer um modelo que fixe com precisão uma determinada volumetria ou compartimentação interna da habitação. E esta é, antes

---

\* Bolseiro de Doutoramento da FCT (co-financiamento POCI 2010 e FSE).

<sup>1</sup> A área de estudo compreende o perímetro da serra do Caldeirão correspondendo ao todo ou a parte dos concelhos de Alcoutim, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim, São Brás de Alportel, Loulé, Silves, Mértola e Almodôvar. Importa aclarar que o perímetro definido para a área de estudo corresponde maioritariamente a espaços integrados na região algarvia, já que a extensão ao espaço meridional da província alentejana compreende apenas as vertentes voltadas à ribeira do Vascão e a área integrada na bacia hidrográfica da ribeira de Odelouca a oriente da "garganta" de São Marcos da Serra, considerando a norte o limite reconhecido para esta serra.

de mais, uma condição do próprio objecto de estudo, mais marcado pela importância do processo e do sítio que pela repetição de um modelo ou de um esquema organizativo determinado. Deste modo é frequentemente evidenciada a multiplicidade de soluções de organização interna ou de composição volumétrica, que poderá reflectir a transformação da estrutura familiar ou a variabilidade das características do sítio do assentamento.

É um pouco com esta perspectiva que se descreve a habitação da serra no Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, referindo que tanto apresenta “a forma rectangular habitual” como decorre da *“junção de vários corpos com a mesma configuração, muitas vezes em diferentes níveis, formando um único conjunto”*<sup>2</sup>. Depreende-se assim a importância da inter-relação entre o carácter aditivo e o carácter adaptativo, no sentido em que da composição por junção de diversos corpos, característica do primeiro, se processa a organização em diferentes níveis, própria do segundo. E é dentro desta lógica que se reconhece que *“a casa térrea, com telhado de uma só água, às vezes adaptada à encosta por dois níveis do chão, servindo de habitação, palheiro e curral, sem ser exclusiva da Serra Algarvia é aí dominante, formando por vezes bloco por sucessiva adjunção de vários elementos, cada um com a sua cobertura própria”*<sup>3</sup>. A autonomia destes elementos que constituem o edifício habitacional é congruente, no discurso dos habitantes, com a preservação de uma acepção antiga do termo “casa”, que na serra *“não designa a totalidade da residência ou da exploração doméstica mas cada uma das suas componentes. Revela-se-nos assim um dos elementos centrais do sistema de herança e partilha: o que se herda não é uma «casa», exploração doméstica, património indivisível e complexo, mas são casas, compostos divisíveis, fragmentáveis, passíveis de separação”*<sup>4</sup>. Deste modo não é tanto a configuração global do edifício que se privilegia, mas a caracterização de cada um destas “casas” descritas como construções de alvenaria de xisto de um piso com a cobertura de uma só vertente. Isto porque a configuração global do edifício é inconstante, podendo corresponder à integração de várias casas na mesma vertente de um edifício de uma água, à relação de contiguidade de casas de cobertura autónoma ou até à habitação constituída por *“duas partes (ou mesmo três) desligadas materialmente entre si. Uma fica de um lado da rua, a outra do outro lado ou noutra rua próxima”*<sup>5</sup>.

Por outro lado a exiguidade de recursos marca a arquitectura da serra que, tal como a do litoral ocidental, se distingue *“pela sua falta de cuidado, da do Algarve central e oriental. Nas pequenas aldeias da serra (montes de dez a vinte casas, com os palheiros*

<sup>2</sup> Francisco Keil do Amaral [Et al.], *Arquitectura popular em Portugal*, Vol. 2. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961, p. 331.

<sup>3</sup> Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*. Lisboa: Sá da costa, 1998 [1945], p. 94.

<sup>4</sup> Cristiana Bastos, *Os montes do Nordeste algarvio*. Lisboa: Cosmos, 1993, p. 151.

<sup>5</sup> Francisco Dias da Costa, *A hidrografia do Vascão e a Serra do Caldeirão ou Mu. [sl]*: In Loco, 1996, p. 86.

*redondos ao pé), os edifícios, reflectindo a pobreza do «serrenho», ficam com frequência com a pedra a nu, ou apenas com desenhos caiados sobre as portas, e não têm chaminés nos telhados, que são por vezes de colmo*”<sup>6</sup>. Um outro carácter privilegiado nas descrições adjectivadas da arquitectura da serra relaciona a pequena escala do edifício a esta frequente ausência de revestimento e caiação nos paramentos externos, que caracteriza a imagem do edifício e do assentamento, como poderia ler no Guia de Portugal de 1928 o viajante que, percorrendo a via que em “torcicolos” liga o Barranco do Velho a Cachopo, visse surgir o monte do Almarginho, “*outra das aldeias que encontramos à beira da estr., todas de casas humildes, acaçapadas e negras, como se estivéssemos em pleno coração da Beira xistosa*”<sup>7</sup>. Mas paredes caiadas, quer sobre reboco quer directamente sobre a pedra<sup>8</sup>, não são nesta altura inexistentes. Privilegiadamente associadas aos espaços internos, pontuam igualmente algumas fachadas externas como é evidente na descrição constante numa obra coetânea sobre o Barranco do Velho, quando se diz serem todas as habitações “*baixas, atarracadas e agarradas à terra (...) construídas com pedras da região e algumas – as mais pobres – não são rebocadas, deixando ver a pedra sobreposta, confundindo-se, de longe, com o solo; mas a frente, essa é sempre caiada de branco*”<sup>9</sup>. A parede branca, mais evidente nos aglomerados menos afastados do Algarve Calcário onde se produzia a cal, corresponde simultaneamente a um elemento de distinção social cuja aplicação no exterior se generaliza durante o séc. XX, já que “*o homem da montanha, para tomar títulos de civilização, começa a cair de branco, à semelhança do algarvio do barrocal, as rugosidades da sua habitação. É um exotismo condenável, imitação servil, impúdica e desconforme, que despersonifica e ofende a paisagem. A mais ou menos cal vai sendo até índice de riqueza. Da lambedela em torno da ombreira às paredes todas brancas se graduam teres e haveres*”<sup>10</sup>. Mas apesar desta concepção que, em meados do século passado, associava a construção de alvenaria de xisto aparente a um traço de identidade da cultura serrana, a generalização da caiação parcial ou integral da habitação é um processo inevitável que deverá ser enquadrado, como veremos posteriormente, na progressiva influência que, durante o séc. XX, a casa rural do Algarve Litoral e Barrocal vai exercer sobre a casa da serra. O que é certo é que até meados da segunda metade deste século a grande maioria dos habitações se encontravam caiadas, pelo menos na fachada principal, sendo que de uma forma genérica a contraposição entre a parede de

<sup>6</sup> Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, “Arquitectura”. In Lima, Fernando de Castro Pires de (dir.), *A arte popular em Portugal*, Vol. I. [Lisboa]: Verbo, [s.d.], p. 113.

<sup>7</sup> Raul Proença, *Guia de Portugal. Estremadura, Alentejo, Algarve*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1991 [1927], p. 216.

<sup>8</sup> Francisco Keil do Amaral [Et al.], *op. cit.*, p. 298.

<sup>9</sup> Mariana Amélia Machado Santos, *O Barranco do Velho – tentativa de estudo duma pequena região portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1932, p. 17.

<sup>10</sup> Manuel Viegas Guerreiro, *Uma excursão à serra do Algarve*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1991 [1959], p. 8.

xisto aparente e a parede branca acabaria por marcar fundamentalmente a distinção entre edifícios habitacionais e dependências agrícolas, permitindo hoje, nos conjuntos mais bem conservados, reconhecer a um primeiro olhar a estrutura de distribuição das actividades no assentamento. Ainda que a arquitectura serrana esteja associada a uma significativa flexibilidade da organização interna, de um modo geral todas as unidades edificadas familiares “*teem uma casa de fora – casa de entrada – onde estão algumas arcas cobertas por mantas às riscas, a cómoda com os santinhos e as flores ingénuas de papel, as cadeirinhas de fundo de tamiça de palma ou de cordinhas de esparto para as visitas, e, no chão de ladrilho, a esteira de palma pintada a enfeitar a casa. Lá dentro é o quarto de dormir, e, noutra divisão, a chaminé rasa, para servir nas noites invernosas de braseira...*”<sup>11</sup>. Uma descrição semelhante, ainda que com menor carga expressiva, é aquela que se pode ler na “*Arquitectura Popular em Portugal*” onde se refere que a “*compartimentação é muito simples. A porta de entrada em muitos casos a única abertura para o exterior, conduz directamente a uma sala relativamente ampla, com a qual comunicam os quartos e a cozinha*”<sup>12</sup>. É assim possível, a partir destas como de outras descrições sobre o património construído da serra, enumerar os espaços fundamentais que constituem a habitação comum: a casa de fora, a casa de dentro e a casa de fogo, sendo que estas duas últimas designações se encontram, já há algum tempo, em desuso, com a generalização de termos como “quarto” e “cozinha”. Numa zona em que toda a gente possui alguma terra<sup>13</sup> e em que o conjunto edificado habitacional constitui o centro de uma pequena exploração agrícola, aos espaços enumerados anteriormente acrescentam-se a ramada, designação dada localmente à célula edificada para equídeos e rezes, o palheiro e, mais raramente, a casa de despejo para as alfaías e os produtos agrícolas. É a partir dos diferentes processos de relação destes espaços fundamentais que se organizam as habitações da serra, existindo uma grande diversidade que vai “*da típica casa dos pobres, uma estrutura rectangular de paredes baixas com cobertura de uma água, um ou dois compartimentos e uma cozinha agregada, até às casas dos mais prósperos proprietários, que têm vários compartimentos e espaços subsidiários. As casas mais pobres não têm mais que uma pequena porta para ventilação e iluminação e a luz do dia chega apenas ao compartimento da frente; quaisquer outros compartimentos são como caves. Todos os compartimentos são para usos múltiplos, para trabalhar como para dormir, mas independentemente da pobreza dos seus proprietários, as paredes interiores estão quase sempre formosamente caiadas*”<sup>14</sup>. Mas a habitação não corresponde necessariamente ao agrupamento num só

<sup>11</sup> Mariana Amélia Machado Santos, *op. cit.*, p. 17.

<sup>12</sup> Francisco Keil do Amaral [Et al.], *op. cit.*, p. 332.

<sup>13</sup> Mariano Feio, *Le Bas Alentejo et L'Algarve*. Évora: INIC, 1983 [1949], p. 98.

<sup>14</sup> Dan Stanislawski, *Portugal's other kingdom: the Algarve*. Texas: University of Texas Press, 1963, p. 217 (tradução própria).

núcleo dos diferentes espaços domésticos. “*Tal como os campos se dispersam por uma vasta extensão, estando aqui a horta, acolá a seara de trigo, além a de aveia noutro sítio as oliveiras, também dentro do espaço do monte se espalham as peças que constituem o que chamaríamos a casa de cada um: aqui a cozinha, além o forno, acolá o quarto, noutro sítio as ramadas*”<sup>15</sup>. Apesar de por vezes ser reconhecível a dispersão dos espaços que constituem a habitação, a solução predominante é aquela em que a casa de fora e uma ou mais casas de dentro se associam constituindo o seu núcleo central que, de um modo geral, integra também a casa de fogo.

A habitação não se restringe, no entanto, aos espaços interiores, estendendo-se geralmente para o espaço ao ar livre. “*Muito comum nesta região é o aparecimento da fornalha exterior, adossada à fachada e junto da entrada, ou ainda desligada da construção como os fornos. Aqui cozinham no Verão, dado as temperaturas elevadas atingidas no tempo quente. Por motivos inversos, no Inverno, usam a lareira da cozinha, escoando-se o fumo pelas telhas, pois também como noutras regiões do País, aqui não existem chaminés*”<sup>16</sup>. Apesar da fornalha estar associada fundamentalmente aos concelhos de Alcoutim e de Mértola, o espaço exterior corresponde em toda a serra a uma extensão do espaço doméstico interior, marcado pela importância do poial, do forno de pão e do próprio percurso de ligação das várias unidades edificadas que poderão constituir a habitação. Mas este espaço exterior, onde se passa grande parte da vida<sup>17</sup>, corresponde a um espaço muito naturalizado em que “*a circulação fazia-se simplesmente sobre a rocha nua, que os habitantes poderiam afeitar, havendo normalmente uma área mais cuidada precedendo as entradas. É interessante o caso de Vasco Rodrigues onde pouco a pouco os afloramentos rochosos foram aplanados para aumentar o espaço livre frente às casas, pelo simples processo de, no Inverno, fazer fogueiras sobre os afloramentos, deixando depois água fria por cima, o que os faz estalar e torna o seu desmonte com picaretas mais fácil*”<sup>18</sup>.

De um modo geral a caracterização da arquitectura vernacular da serra incide na habitação do pequeno proprietário. É esta a habitação que predomina nos assentamentos da serra do Caldeirão, muito marcados por um sistema de propriedade extremamente retalhado, em que quase todos possuíam explorações agrícolas de dimensões exíguas. E portanto, “*como não podia deixar de ser, a casa de habitação nas terras do Vascão é na generalidade muito pobre. E dizemos na generalidade porque, tal como em toda a serra do Caldeirão, encontramos, de onde em onde, casas bastante melhores que o comum*

<sup>15</sup> Cristiana Bastos, *op. cit.*, p. 51.

<sup>16</sup> Francisco Keil do Amaral [Et al.], *op. cit.*, p. 332.

<sup>17</sup> Dan Stanislawski, *op. cit.*, p. 217.

<sup>18</sup> Fernando Varanda, *Mértola no Alentejo – tradição e mudança no espaço construído*. [sl]: Assírio & Alvim, 2002, p. 101.

*delas. São as casas dos antigos «lavradores» sendo como tais considerados, à semelhança do Alentejo, aqueles que possuíam mais ou menos vastas propriedades fundiárias e que recorriam ao trabalho assalariado»*<sup>19</sup>. Ou seja a grande propriedade não só não está excluída da serra do Caldeirão<sup>20</sup>, como está associada a conjuntos edificados que adquirem características específicas na arquitectura serrana, sendo que um número considerável de montes é justamente conformado pela coexistência de edifícios de pequenos proprietários e da casa do lavrador<sup>21</sup>. É um destes exemplos que é considerado no Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa com a descrição da casa do lavrador do monte da Cumeada, localizado alguns quilómetros a norte do Barranco do Velho. *“É um conjunto com interesse invulgar, do ponto de vista da sua organização, mantendo ainda muitas das características das habitações, tanto do Baixo como do Algarve Calcário, tais como: a presença da chaminé rendilhada, a organização interna da casa com o vestíbulo de entrada e a sala de receber, o pouco interesse da cozinha, o guarnecimento dos vãos com cantaria de calcário, o largo tratamento das superfícies pela cal, etc.”*<sup>22</sup>. Deste modo, a casa dos lavradores distingue-se das restantes, quer ao nível de uma organização interna associada a um maior número de compartimentos e à sua maior especialização, quer ao nível da frequente integração de elementos que, como a chaminé “rendilhada” ou os vãos emoldurados em calcário, rareiam noutras habitações. Mas as casas dos lavradores não podem ser consideradas como exemplos à parte da arquitectura deste território. De um modo geral os processos de transformação dos conjuntos edificados comuns ocorreram a partir da influência dos montes de lavradores e dos aglomerados de maiores dimensões, mais sensíveis aos modelos externos, estendendo-se a partir destes núcleos, em diferentes ritmos, aos montes mais pobres e menos acessíveis da serra.

<sup>19</sup> Francisco Dias da Costa, *op. cit.*, p. 84.

<sup>20</sup> Já em meados do século passado Mariano Feio se referia à coexistência da grande com a pequena propriedade. Ver Mariano Feio, *op. cit.*, p. 98.

<sup>21</sup> No âmbito desta investigação foi possível reconhecer, para a generalidade das subzonas da serra, um número considerável de montes onde se localizam casas de lavradores, que normalmente coexistem com conjuntos edificados de pequenos proprietários. Constitui excepção a esta realidade a serra de Tavira marcada pelo célebre episódio, descrito por Silva Lopes, de entrega por parte D. José I das terras aos colonos que então as trabalhavam, de acordo com o alvará de 13 de Março de 1772. Ver João Baptista da Silva Lopes, *Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve*. Faro: Algarve em Foco, 1988 [1841], pp. 364-365. Como refere Arnaldo Casimiro Anica a delimitação do território sujeito àquele decreto não coincide com o actual território serrano inserido no concelho de Tavira, considerando a transformação das divisões territoriais administrativas que sucederam à implantação do regime liberal, excluindo então uma parte significativa da actual freguesia de Cachopo e incluindo partes dos actuais concelhos de São Brás, Alcoutim e Castro Marim. Ver Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o seu termo – memorando histórico*. Tavira: C. M. de Tavira, 1993, pp. 19-24.

<sup>22</sup> Francisco Keil do Amaral [Et al.], *op. cit.*, pp. 318-319.

### **Sobre os diferentes ciclos reconhecíveis *in situ***

O povoamento da serra do Caldeirão é organizado quase exclusivamente em função de pequenos aglomerados designados por montes. Retomando as diferentes fontes a que nos temos reportado, poderemos definir o monte como um aglomerado formado pelos conjuntos edificados de pequenos proprietários compostos por construções de alvenaria de xisto, de um piso, com apenas uma vertente na cobertura. A este assentamento poderão estar associadas as unidades edificadas de um ou mais lavradores, que se distinguem das restantes pela sua dimensão, nível de especialização dos espaços interiores e recurso mais relevante a materiais e modelos provenientes do exterior. Esta descrição, ainda que muito abrangente, abre desde logo um campo de estudo da arquitectura da serra que, para além de considerar a relação das diferentes células na formação de um conjunto edificado habitacional, compreenda igualmente a relação destes diferentes conjuntos edificados na formação de um assentamento<sup>23</sup>. É neste quadro que tem adquirido particular relevância o levantamento integral de alguns assentamentos da área de estudo, cuja selecção procura compreender simultaneamente exemplos localizados nas diferentes subzonas da serra<sup>24</sup> e que no seu conjunto representem diferentes processos de organização previamente reconhecidos. Beneficiando do facto da generalidade dos edifícios terem apenas um piso é possível representar todos os espaços interiores do assentamento numa planta que permite a sua leitura a diferentes escalas. É da comparação destas plantas de conjunto relativas a montes distintos, que é possível constatar que, para além da sua aparente semelhança, se verificam padrões de organização bastante distintos. Para além de outros factores que poderão estar na origem da disseminação destes padrões, importa-nos desde já distinguir as diferentes formas de relação das habitações de diferentes núcleos familiares. A estrutura da maior parte dos assentamentos é conformada pela proximidade de vários conjuntos edificados de pequena dimensão, compreendendo células de um, dois ou três núcleos familiares. Outros assen-

<sup>23</sup> A consideração da escala "urbanística" no estudo dos montes da serra foi já alvo de algumas abordagens enquadradas em propósitos distintos. Cristiana Bastos procurou caracterizar a transformação do uso dos diferentes espaços dum monte localizado na proximidade de Martinlongo, compreendendo a sua representação em planta e a descrição de cada uma das unidades edificadas familiares. Ver Cristiana Bastos, *op. cit.*, pp. 147-177. Fernando Varanda considerou, para os concelhos de Mértola e Alcoutim, a análise dos padrões de alguns assentamentos e a caracterização da morfologia e dos elementos que podem marcar o espaço público. Ver Fernando Varanda, *op. cit.*, pp. 84-121. Mais recentemente a elaboração do Inventário do "Património Rural Construído do Baixo Guadiana" compreendeu o levantamento integral dos espaços habitacionais de alguns assentamentos localizados nos concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António. Ver Miguel Reimão Costa (Coord. Técnica), *Património rural construído do Baixo Guadiana*. Castro Marim, Odiana, 2004.

<sup>24</sup> Nesse sentido, e na continuidade dos levantamentos integrais elaborados para os concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António, têm vindo a ser elaborados levantamentos semelhantes para montes dos restantes concelhos da serra do Caldeirão, alguns dos quais reproduzidos no presente artigo.

tamentos, como o Zimbral (Fig. 1), são marcados por conjuntos edificados de grandes dimensões que decorrem da relação indistinta de um elevado número de células contíguas pertencentes a um número mais elevado de núcleos familiares. Neste caso, a construção do edifício por “junção” sucessiva de várias células, que como vimos é apontado como um dos caracteres específicos da arquitectura da serra, ocorre simultaneamente e com influência recíproca em edifícios de vários núcleos familiares na formação de um conjunto edificado de grandes dimensões. É justamente a partir da representação integral do monte e dos distintos padrões de organização perceptíveis quer dentro do assentamento, quer por comparação de assentamentos distintos, que é possível introduzir o tema da transformação no tempo da arquitectura vernacular. Isto porque os vários conjuntos edificados a que nos temos referido compreendem frequentemente a sobreposição de diferentes sistemas de organização que, como se verá, correspondem a tempos distintos de construir o habitar.

# 1

Se percorrermos os espaços interiores de alguns destes conjuntos edificados, atravessando vários compartimentos em direcção à linha de cumeeira, veremos como esta é, por vezes, conformada por um alinhamento de células de planta rectangular com cobertura de duas águas com pau-de-fileira. Uma vez que na área de estudo as construções de época posterior incorporam sistematicamente paredes das construções contíguas pre-existentes, é possível reconhecer, pela reconstituição do processo evolutivo de formação desses conjuntos através da existência de juntas, que estas construções de duas águas constituíram as primeiras células edificadas, às quais se aglutinaram posteriormente células de uma água.

Já em meados do século passado, as construções de pau-de-fileira como as que encontramos na Cabeça do Velho (Fig. 2) tinham perdido relevância relativamente às construções prevalecentes de uma água, razão porque não terão merecido particular menção nas diferentes abordagens a que anteriormente nos reportamos. Mesmo no âmbito desta investigação, numa fase inicial, a importância destas construções aparentava ser descontínua e residual, tendo-se verificado progressivamente, com o levantamento integral dalguns assentamentos, que esta se tratava afinal da célula fundamental de um sistema de organização que fora outrora muito mais generalizado.

As construções de pau-de-fileira, designadas localmente por “casas de trave”, apresentam geralmente uma planta aproximadamente rectangular de três a quatro metros e meio entre paredes de beirado e com dimensões mais variáveis entre empenas. Embora algumas das construções de trave integrem ainda conjuntos edificados habitacionais, de um modo geral, encontram-se abandonadas ou convertidas em palheiros ou casas de despejo. No entanto, em meados do século passado algumas delas eram ainda habitadas,



normalmente por núcleos familiares mais desfavorecidos, como foi possível verificar recorrendo a vários testemunhos das populações locais. Através dos mesmos testemunhos e da pesquisa elaborada *in situ* é possível reconstituir a organização de vários destes conjuntos de pau-de-fileira. Em muitos exemplares o espaço habitacional era conformado pela associação de dois compartimentos, a casa de fora e a casa de dentro, podendo qualquer um deles corresponder ao sítio do fogo. Na proximidade ou contiguamente a este conjunto situava-se a ramada, que corresponderia igualmente a uma célula com trave, localizando-se o palheiro numa área mais afastada normalmente na proximidade duma eira em zona mais aberta ao vento. A localização do palheiro estava assim mais vinculada ao encaideamento das actividades de produção do que à proximidade do conjunto habitacional, podendo corresponder a uma construção de planta circular de cobertura cónica em palha de centeio (Fig. 3) ou a uma construção de planta rectangular de cobertura de duas águas com trave geralmente do mesmo material.

Ainda hoje muitos dos conjuntos deste período evidenciam o recurso exclusivo a materiais existentes na sua proximidade. Muito frequentemente as paredes de alvenaria de xisto e ligante de barro obtido nas margens próxima das ribeiras, não se encontravam rebocadas ou caiadas nem pelo exterior, nem pelo interior. O pavimento era em terra batida ou em lajes de xisto. A trave da cobertura constituía um pau de azinho, de sobreiro ou de oliveira e os caibros de vertente, de dimensões mais reduzidas, poderiam ser de qualquer outro tipo de madeira. A cobertura em palha de centeio, outrora mais corrente, foi frequentemente substituída pela telha de canudo, possivelmente adquirida num dos vários telheiros que até meados do século passado se encontravam distribuídos pela serra. Não foi identificada nenhuma habitação que mantivesse ainda a cobertura em palha, apesar de ter sido comprovada, por alguns habitantes, a sua existência recente na zona central da serra. O forno de pão identificado como mais antigo e que se encontra frequentemente na proximidade das casas de trave, corresponde a uma construção em alvenaria de xisto aparente e cobertura em terra em que, quer para a construção da boca do forno, quer da abóbada, se recorria exclusivamente ao uso da pedra. Como o atestam os testemunhos recolhidos em diferentes zonas da serra, muitos destes fornos eram comunitários, podendo pertencer a um conjunto de quatro ou cinco habitações, razão pela qual eram designados por “fornos do monte”. Também com a cobertura em terra, e localizadas em maior ou menor proximidade das casas de trave, encontravam-se as pocilgas em “falsa-cúpula” de xisto (Fig. 4) que eram, a par daquelas cobertas por materiais de origem vegetal, as soluções construtivas mais frequentes nesta fase.

Ao contrário do que acontece com as construções de planta circular, raros são os palheiros de trave que preservam a cobertura em palha de centeio, encontrando-se os poucos ainda existentes confinados à zona serrana de São Brás de Alportel. O sistema de construção desta cobertura é semelhante aos descritos na publicação “*Construções primi-*

*tivas em Portugal*<sup>25</sup> para os palheiros de planta circular ainda que, tal como acontece nestes, a ripagem possa corresponder não apenas a canas ou a varas de loendro, como é referido, mas também a ramos de esteva<sup>26</sup>.

É seguro afirmar que em muitos dos assentamentos da serra do Caldeirão a casa de trave constituiu, num determinado período, a edificação habitacional predominante, ainda que não se possa excluir a possibilidade de ter estado associada a edificações coevas de uma água. Os sinais da presença da casa de trave não se distribuem igualmente por toda a área de estudo, sendo muito mais frequentes na zona oriental e central e, mais raras, na zona do Baixo Guadiana, como de resto ocorre com outras construções mais antigas, casos dos palheiros de planta circular ou das construções em falsa-cúpula.

No entanto, em muitos dos aglomerados da serra é ainda hoje legível a importância da edificação de pau-de-fileira na sua configuração. O processo de aglutinação destas casas ocorreu sempre através do encosto de empenas, sendo evitadas soluções complexas de drenagem das coberturas, como as que decorreriam da sua junção através das fachadas de beirado. A formação dos alinhamentos de casas de trave ocorria ao longo de uma linha de festo aplanada evitando sempre a implantação em áreas de declive acentuado. Nesse sentido, a organização dos aglomerados corresponderia então, como é sugerido no diagrama de formação do assentamento (Fig. 5), a um ou mais alinhamentos de casas de trave dispostos em função das linhas de festo, circundados ou não por construções dispersas que eram na sua maioria construções não habitacionais. São estes conjuntos que reconhecemos hoje na Cabeça do Velho (Fig. 6) e na Várzea da Azinheira (Fig. 7) representados em planta através da linha a tracejado correspondente ao pau de fileira.

## 2

A partir de um determinado momento a casa de trave vai sendo gradualmente preterida pela construção de uma água<sup>27</sup>. Desde então muitas destas construções foram sujeitas a diferentes tipos de transformação: algumas foram preservadas, rebocadas e caia-

<sup>25</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Construções primitivas em Portugal*. Lisboa: D. Quixote, 1994 [1969], pp. 126-130.

<sup>26</sup> A utilização dos ramos de esteva como "ripa" não se restringe às coberturas em palha de centeio, tendo sido encontrados exemplos de coberturas de telha de uma ou duas águas em que se recorria a este matéria em vez da solução generalizada do caniço.

<sup>27</sup> Deve-se no entanto referir a existência pontual de outras construções de pau-de-fileira posteriores, datadas da primeira metade do século XX, que deverão ser distinguidas relativamente àquelas que acabamos de descrever e que compreendem processos construtivos e dimensões diferentes: por um lado foram identificadas, em alguns conjuntos de lavradores, construções de duas águas, cujo pau-de-fileira corresponde frequentemente a uma viga metálica, que serviam de palheiro aproveitando o vão de grandes dimensões; nos limites noroeste da área de estudo, no concelho de Almodôvar, a construção de alvenaria de xisto com pau-de-fileira que temos vindo a descrever coexiste com a construção posterior em taipa com pau-de-fileira do séc. XX. Esta tipologia corresponde a um tipo mais frequente no Baixo Alentejo Ocidental em contraponto à cobertura sem pau-de-fileira característica, neste período, do Baixo Alentejo Oriental e do Algarve Oriental.

das, integradas ou não em conjuntos mistos com construções de uma água e marcadas por processos de preservação da cobertura; outras foram significativamente transformadas com reconversão da cobertura de duas na cobertura de uma água, deixando no entanto vestígios da sua morfologia original, designadamente através das juntas nos paramentos; outras ainda terão sido completamente reedificadas com cobertura de uma água, não sendo possível distingui-las de outras semelhantes construídas de raiz.

Deixando de ser edificada a casa de trave, a unidade de base passa a corresponder exclusivamente à célula de uma só água, constituindo uma construção aproximadamente rectangular cujos lados não tinham, em geral, menos de dois e mais de seis metros de lado. A configuração do monte passa a estar associada ao processo de composição cumulativa destas unidades, aproveitando uma a parede já construída da outra, constituindo alinhamentos edificados que combinam frequentemente grupos familiares e grupos funcionais distintos.

Ao processo de associação longitudinal característico das casas de trave, dispostas em alinhamentos que se desenvolvem ao longo de um festo aplanado, sucede o processo de aglutinação transversal associado às casas de uma água que, implantadas a diferentes cotas, aproveitando o declive da encosta, prolongam a cobertura no sentido descendente (Fig. 10). Os conjuntos edificados de maiores dimensões resultam frequentemente do encadeamento destes dois processos, como ocorre em alguns montes com a junção de células de uma água aos alinhamentos alongados de casas de trave. Este processo compreendia muitas vezes a partilha, entre herdeiros, da casa de trave e a ampliação subsequente de cada uma das partes decorrentes dessa partilha, através do prolongamento de uma ou de ambas as vertentes da cobertura, que ocorre dada a ausência de qualquer restrição à criação de espaços sem luz natural ou à existência de escadas de ligação interna entre compartimentos a diferentes cotas. O processo de aglutinação das construções de uma água, que poderá ocorrer nas diferentes direcções, confere assim ao conjunto um carácter adaptativo de forte expressão, marcado frequentemente pela grande dimensão das vertentes da cobertura, quer no sentido longitudinal quer no sentido transversal, que se poderão prolongar tanto mais quanto o edifício esteja implantado numa área de declive aproximado ao da própria cobertura. A forma como se processa o crescimento destes conjuntos edificados estava portanto condicionada pelas próprias características topográficas. São estas que, em função da implantação dos edifícios preexistentes, poderiam influenciar ou inviabilizar a ampliação, tornar preferencial a expansão para uma ou para outra vertente e condicionar a profundidade máxima do conjunto. Em muitos aglomerados as células de trave, que constituíam o alinhamento original, foram convertidas em células de uma água, justamente para permitir, numa circunstância determinada, que pudesse ocorrer o processo de ampliação transversal. É isso que ocorre no conjunto de maiores dimensões do Zimbral, formado exclusivamente por células de uma água, mas

onde é ainda possível reconstituir, através das juntas existentes nas paredes, a morfologia do alinhamento inicial de casas de pau-de-fileira, representado em planta através de trama pontilhada (Fig. 8).

No entanto, a transformação dos aglomerados neste segundo ciclo está fundamentalmente associada à construção de conjuntos edificados de pequena dimensão que tanto se localizam na orla dos conjuntos de maiores dimensões a que nos referimos como, mais recorrentemente, constituem os únicos a marcar o aglomerado neste período. A elaboração do diagrama de formação do assentamento compreendeu, para esta fase, a representação simultânea dos conjuntos de grande e de pequena dimensão, privilegiando assim os casos em que a sobreposição dos diferentes ciclos se revela mais influente na configuração dos assentamentos. Mas, dos conjuntos de menores dimensões, desenvolvidos por adição sucessiva de células ou grupos de células de uma água, não estão necessariamente excluídas as casas de trave de períodos anteriores que, ainda que raramente, poderão ser encontradas no seu miolo, como ocorre na Várzea da Azinheira (Fig. 7). A definição de um limite para a expansão destes conjuntos poderá decorrer das condições topográficas ou da proximidade de outros conjuntos vizinhos. A sua cobertura resulta frequentemente na associação de vertentes desencontradas e de direcções distintas que, nos casos onde o processo evolutivo é menos marcado, poderão ter propensão a se organizar em duas águas dispostas em função da parede de cumeeira. De qualquer modo os edifícios tendem, neste ciclo, a adquirir um perímetro irregular que resulta do próprio processo aditivo que ocorre da parte para o todo e que não é, no entanto, exclusivo da serra. No povoamento rural disperso do Algarve meridional muitas dos conjuntos habitacionais adquirem um perímetro semelhante que resulta do carácter aditivo associado a células de uma água e, no Algarve Central, a células de duas águas com pau-de-fileira ou a pequenas alcovas abobadadas correspondentes, por vezes, a açoteias de pequena dimensão. Mas enquanto na zona meridional da região os conjuntos formados correspondem geralmente a um só proprietário, na área serrana o processo aditivo compreende frequentemente a coexistência de várias habitações inter-relacionadas num só conjunto. É às construções deste período que a generalidade dos autores se reporta quando caracteriza a arquitectura da serra do Caldeirão, o que, de resto, reflecte o facto de serem estas construções predominantes na grande maioria dos aglomerados.

Em muitos casos as habitações parecem adquirir, relativamente às construções de trave, um número maior de compartimentos organizados a partir da casa de fora. Encontram-se lado a lado unidades habitacionais dispersas em diferentes núcleos, com outras integradas num só núcleo. Muito recorrentemente, a casa de fogo aparta-se do núcleo fundamental da habitação e constitui-se como construção dissociada. O palheiro passa a ser privilegiadamente construído em conexão com a ramada constituindo muitas vezes um núcleo edificado autónomo. No entanto, em diferentes subzonas da área de estudo,

são descritas habitações que integravam uma ramada com palheiro com acesso exclusivo a partir da casa de fora que, sendo simultaneamente casa de fogo, funcionava igualmente como espaço de acesso aos restantes compartimentos do conjunto. Mas na solução mais frequente em que a ramada integra a habitação, tem simultaneamente acesso directo a partir do exterior, servindo a ligação interna exclusivamente para alimentar o gado sem sair do edifício. O palheiro e a ramada não se restringiam, de qualquer modo, às suas funções primordiais: sendo as famílias numerosas e as habitações pequenas, era comum que os palheiros servissem igualmente como espaço de dormir dos filhos mais velhos do sexo masculino; e nas casas mais pobres era corrente que a ramada funcionasse igualmente como sítio do fogo apartado do núcleo fundamental da habitação. Ainda que neste período palheiros e ramadas tendam a constituir uma unidade, as eiras mantêm-se como espaços de congregação de construções de armazenagem de palha: na sua proximidade executam-se periodicamente as serras<sup>28</sup>, mantêm-se e constroem-se palheiros de planta circular e preservam-se, por vezes com alterações na cobertura, os antigos palheiros de trave.

A transformação da habitação neste período compreende igualmente a progressiva aquisição e utilização de alguns materiais no Baixo Algarve, como ocorre com a cal empregue nos espaços interiores de muitas habitações, com as telhas para as coberturas, com os ladrilhos para os pavimentos e com os tijolos empregues fundamentalmente na execução das abóbadas dos fornos de pão<sup>29</sup>.

### 3

Na viragem do séc. XIX para o séc. XX, mas fundamentalmente a partir do início do segundo quartel do séc. XX, um novo ciclo vai marcar progressivamente a edificação de muitos dos assentamentos da serra. Esta transformação está associada ao emergir de uma nova concepção do espaço habitacional que, de certo modo, é padronizada pela casa de duas águas de fachada simétrica de porta ladeada por duas janelas. Tratando-se de um edifício de duas águas distingue-se claramente daquela que foi designada por “casa de trave” justamente pela ausência do pau-de-fileira. O processo de construção da cobertura do novo edifício de duas águas não é muito distinto daquele de uma água em que os barrotes da vertente assentam na parede de cumeeira e na parede de beirado. Esta construção de duas águas resulta justamente da composição de duas construções de uma água a partir do eixo de simetria que, relativamente à morfologia do edifício, constitui a parede

<sup>28</sup> Espécie de meda de palha de trigo com duas vertentes cobertas em palha de centeio de execução muito frequente na serra algarvia e no Alentejo.

<sup>29</sup> Muitos dos fornos de pão com abóbada de xisto foram, durante este período, destruídos ou reconstruídos com o recurso a materiais cerâmicos como o tijolo cozido ou os cacos de telha que tornavam bem mais rápido e económico o seu processo de aquecimento.

de cumeeira<sup>30</sup>. A este edifício designaremos *casa de espigão*, termo empregue pelo habitante da zona ocidental da serra quando se refere à parede de cumeeira destas habitações sobre a qual assentam os barrotes das duas vertentes da cobertura.

A difusão desta tipologia decorre da clara influência da arquitectura disseminada coeva do Algarve litoral e barrocal<sup>31</sup>, marcando num primeiro momento os montes de lavradores (Fig. 12) e as aldeias que constituíram, como vimos, os núcleos indutores de transformação da arquitectura serrana. A propósito de uma destas casas de duas águas localizada em São João da Venda, perto de Faro, diz José Leite de Vasconcellos, que “*a casa tem de frente a porta de entrada, entre duas janelas baixas; na parede do lado abre-se outra, de serventia; do telhado sobressai elegante chaminé. Casas de rés-do-chão, com a porta de entrada posta entre duas janelas baixas, como aqui, são frequentíssimas por todo o Sul de Portugal, e o seu uso chega até aos Açores*”<sup>32</sup>. Correspondendo a uma forma tão generalizada, que “invade” vilas e montes<sup>33</sup>, compreende uma considerável variação na sua organização interna, como é verificável nas diferentes tipologias, identificadas para o Algarve, no Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa<sup>34</sup>. A solução de compartimentação mais privilegiada na serra do Caldeirão é a que faz corresponder à fachada

<sup>30</sup> É relativamente aos edifícios de duas águas de parede cumeeira que Jorge Dias refere que “*A mais importante diferença entre as casas de duas águas do sul e as do norte, sem considerar outros aspectos, é a contraposição entre o tipo composto do sul e o tipo simples do norte. De facto, a casa do sul resulta muitas vezes de uma combinação de várias casas de uma água, que também se podem encontrar isoladas. No Alentejo e no Algarve vêem-se frequentemente telhados da mesma casa a diferentes alturas mostrando que esta foi feita por duas ou mais casas de uma água, com as mesmas paredes meeiras. Em contraponto, no norte a casa de duas águas nunca resulta da combinação de casas de uma água, mas é já originalmente construída para ser coberta por um telhado de duas águas*”. Ver Jorge Dias, “Contribution to the study of primitive habitation”. In *Compte Rendu du XVI Congrès Internationale de Géographie, Lisbonne 1949*. Lisbonne: [s.n.], 1951, p. 108 (tradução própria). No mesmo artigo, no mapa esquemático de distribuição das casas primitivas em Portugal, o autor identifica para o território algarvio três tipos de construções: a construção de planta circular e cobertura cónica de colmo; a construção de planta rectangular de uma água; e a construção de planta rectangular de duas águas “compostas”. Ver Jorge Dias, *op. cit.*, p. 110.

<sup>31</sup> Não sendo exclusiva do espaço rural compreende ali um conjunto de caracteres específicos relacionados com a implantação, relação com outras edificações e formalização do espaço exterior frontal que são retomados em inúmeros edifícios construídos na serra.

<sup>32</sup> José Leite de Vasconcellos, *Etnografia Portuguesa: tentame de Sistematização*, Vol. VI. Organizado por Manuel Viegas Guerreiro. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, pp. 289-290.

<sup>33</sup> Orlando Ribeiro, *Geografia e civilização – Temas Portugueses*. Lisboa: Horizonte, 1992 [1961], p. 62.

<sup>34</sup> Para o Algarve são identificadas duas tipologias associadas à cobertura de duas águas e à fachada de porta ladeada por duas janelas: a “habitação do Baixo Algarve” e a “habitação na encosta noroeste de Monchique”. Ver Francisco Keil do Amaral [Et al.], *op. cit.*, pp. 226-227. Em muitos casos a organização interna destes edifícios compreende um corredor que substitui a casa de fora, como ocorre com os edifícios classificados, naquela publicação, como “habitação do Algarve Central”, em que a vertente anterior da cobertura é substituída por uma açoteia. A platibanda associada a esta tipologia com açoteia é também recorrente nos edifícios de duas águas, podendo corresponder à integração posterior em edifício preexistente. De referir ainda que é possível identificar inúmeros edifícios classificados como “habitação do Algarve Central” que decorreram da transformação de edifícios preexistentes de duas águas. Sobre esta tipologia ver igualmente Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1994, pp. 170-177.

principal e à vertente anterior da cobertura a casa de fora ladeada por dois quartos ou por um quarto e cozinha e à vertente posterior, normalmente sem ligação interna aos primeiros, dois dos seguintes compartimentos: palheiro, ramada, casa de despejo ou cozinha dissociada<sup>35</sup>.

Mas esta nova concepção abrange mais que uma simples “moda” associada a uma tipologia específica. Reflete antes de mais uma mudança significativa, ainda que gradual, no modo como é entendida a habitação. Como primeiro traço desta nova concepção poderemos reconhecer a tendência para renunciar a uma morfologia que evidencie o carácter adaptativo e aditivo do processo de construção da habitação. Nesse sentido, ao invés da configuração irregular do perímetro externo que resultava da adição sucessiva de células ou grupos de células, vai-se privilegiar progressivamente a construção de perímetro externo rectangular e a sua subsequente compartimentação interna com recurso a paredes divisórias não estruturantes de adobe, que passam igualmente a ser empregues na divisão de células de maiores dimensões de edifícios preexistentes.

Por outro lado vão ser cada vez mais enjeitadas as soluções, até então correntes, de adaptação do edifício à encosta mediante a integração de lances de escada de ligação de compartimentos a distintas cotas. É nesse sentido que Estanco Louro refere nas “casas antigas, eram frequentes os degraus de cantaria de divisão para divisão, em regra, das divisões do sul para as do norte. Modernamente tem-se procurado eliminar ou atenuar muito, esse defeito”<sup>36</sup>. Com todas estas transformações, a *casa de espigão* aproxima-se a um modelo pré-configurado que se procura autonomizar das diferentes circunstâncias, passando a ser privilegiada a sua implantação em áreas aplanadas, como ocorria com as casas de trave. Quando a implantação ocorre, por constrangimentos vários, em zonas de declive acentuado, a edificação é precedida por uma intervenção de escavação e criação de um terraço na encosta, mesmo que o edifício fique parcialmente enterrado e com o beirado da vertente posterior do telhado pouco acima da cota do solo.

Ainda que em muitos aglomerados a construção de novas habitações compreenda frequentemente a contiguidade e a proximidade de edifícios de diferentes núcleos familiares, este período está particularmente marcado pela valorização da dimensão individual do habitar. Como sinal mais expressivo desta concepção, e ainda que esteja igualmente

<sup>35</sup> Apesar desta corresponder à organização interna predominante são inúmeras as variantes que passam pela integração nas duas vertentes de compartimentos habitacionais com ligação interna, pela muito rara integração do corredor, pela construção apenas da volumetria correspondente à vertente anterior da cobertura, etc. Noutros casos é reposta a mesma distribuição interna das tipologias do Algarve litoral e barrocal como acontece em alguns conjuntos de lavradores, onde foi edificada a casa com açoteia, a que anteriormente nos referimos, identificada no Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa como “habitação do Algarve Central”.

<sup>36</sup> Estanco Louro, *O livro de Alportel: monografia de uma freguesia rural – concelho*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal de São Brás de Alportel, 1996 [1929], p. 386.

associada a factores de disponibilidade de parcelas próprias, saliente-se a tendência gradual das novas habitações de se apartarem das restantes. Se atentarmos na planta de um aglomerado sujeito a transformações significativas neste período, verificaremos que a habitação de duas águas com perímetro regular corresponde frequentemente a um edifício afastado que retoma, de certo modo, a mesma “pose” da habitação disseminada do Baixo Algarve. É esta associação entre a construção de perímetro regular e a localização apartada que se procurou representar no diagrama de formação do assentamento, ainda que se tenha considerado simultaneamente os alinhamentos formados por contiguidade de vários edifícios de duas águas identificados em alguns aglomerados. O monte de lavradores dos Estevais (Fig. 9) é formado por três edifícios habitacionais autónomos e de perímetro regular que, constituindo um interessante exemplo de miscigenação, se associam a conjuntos formados por adição progressiva de células privilegiadamente não habitacionais cuja organização é aquela que descrevemos para o período anterior.

Mas a procura da dimensão individual não se restringe ao propósito de afastamento entre construções. Os espaços frontais às habitações, que até então correspondiam a espaços comuns cada vez menos pontuados pelo forno de pão comunitário, são em muitos casos parcialmente murados e privatizados, constituindo-se como espaços de transição entre o exterior público e o interior privado.

O forno de pão individual continua a adquirir maior preponderância sobre o forno comum, sendo cada vez mais abundante nos aglomerados, quer contíguo à habitação, quer isolado pontuando o espaço público ou encerrando o espaço individual murado. Em muitas ocasiões está associado a um alpendre ou abre-se para o interior da habitação ou de uma casa dissociada designada por casa do forno que é muito habitual no monte de lavradores.

A influência, neste período, dos modelos do Baixo Algarve compreende igualmente a integração, ainda que com reduzida expressão, de alguns elementos até então praticamente inexistentes na serra. Referimo-nos às chaminés rendilhadas ou de balão, às platibandas aqui sempre muito simplificadas e tardias ou às açoteias praticamente confinadas a alguns conjuntos de lavradores.

A iluminação do espaço interior que, no início deste período, se restringia na maioria dos edifícios ao postigo da porta de entrada e, por vezes, a uma pequena fresta, passa a compreender igualmente, ainda que não de forma generalizada, a abertura da janela na fachada. Estas integram frequentemente a composição de janela-porta-janela que marca, como vimos, alguns edifícios construídas de raiz, mas que é igualmente considerada em corpos novos agregados a conjuntos edificados preexistentes ou, mais raramente, na reedificação de algumas fachadas.

A aquisição e transporte de materiais de construção trazidos do Baixo Algarve, no dorso dos animais para as zonas centrais e ocidentais e nas embarcações através do



Guadiana para as zonas orientais, adquire sempre maior importância, marcando particularmente os montes mais próximos do limite sul da serra e do rio. É o que sucede com as cantarias de emolduramento dos vãos provenientes de São Brás de Alportel e Santa Catarina, com os barrotes de pinho de diferentes origens, com a cal de São Brás de Alportel, Santa Rita e Castro Marim<sup>37</sup>, com as telhas, os ladrilhos e os tijolos<sup>38</sup> de Santa Catarina e de Castro Marim e, posteriormente, com os mosaicos hidráulicos de distintas proveniências. Poder-se-á falar numa maior variedade e abundância de materiais que conduzirá, por exemplo, à generalização da cal nas fachadas exteriores das habitações ou à utilização frequente de telhas cerâmicas na cobertura de fornos ou pocilgas.

Todas estas transformações indiciam, de certo modo, as mudanças significativas que irão ocorrer posteriormente, a partir do início do último quartel do séc. XX, em muitos dos aglomerados da serra, com o recurso quase exclusivo a materiais e modelos trazidos de fora, com a transformação prévia e de forte impacto do sítio onde se construirá o edifício, e com o privilegiar duma edificação afastada das restantes e que irá adquirir progressivamente maior volumetria.

## Conclusão

O levantamento integral de alguns montes das diferentes subzonas da área de estudo tem evidenciado que a sua morfologia decorre do encadeamento diacrónico de diferentes sistemas de organização do espaço, marcados por distintos tipos de construções elementares e das relações que se estabelecem entre elas. A leitura das plantas destes aglomerados é tanto mais interessante quanto reflecte a importância das circunstâncias específicas que, em cada lugar, influem no processo de formação do aglomerado individuando os diferentes sistemas de organização abordados. Apesar da caracterização destes três diferentes sistemas ou ciclos compreender, no presente artigo e por questões metodológicas, um carácter relativamente estanque, na generalidade dos casos o processo de transformação dos assentamentos é marcado pela transição lenta e pela miscigenação dos tipos de construções reportáveis aos distintos períodos. O desenvolvimento da investigação tem, por outro lado, permitido compreender que a arquitectura vernacular da serra do Caldeirão comporta igualmente uma variabilidade associada ao reconhecimento de diferentes subzonas da área de estudo, cuja caracterização não coube no presente artigo.

<sup>37</sup> Apesar da generalidade da cal empregue proceder do Algarve meridional, nalguns períodos chegou a ser produzida na serra quer pontualmente nalguns montes do interior, quer nalguns montes nas margens do Guadiana. Ver Miguel Reimão Costa (Coord. Técnica), *op. cit.*, pp. 184-189.

<sup>38</sup> Segundo diversos testemunhos locais, os telheiros da serra apenas produziam telhas e mesmo estas eram consideradas de pior qualidade comparativamente às do Algarve meridional.

O processo de transformação da arquitectura da serra do Caldeirão não é, no entanto, um processo imune às influências dos territórios contíguos. Apesar de compreender um conjunto de caracteres próprios associados a uma cultura muito marcada por um território decisivo para o tipo de povoamento ou para a materialidade da construção, a evolução da habitação da área de estudo é mais facilmente legível num quadro de semelhanças e dissemelhanças com a arquitectura dos territórios contíguos. Mas esta é uma fase da investigação ainda em curso e que procura enquadrar o processo de transformação da arquitectura vernacular da serra, na transformação mais abrangente que é a da própria História que marca sempre, ainda que de formas distintas, a arquitectura de todos os territórios.



FIGURA 1. Vista nascente do Zimbral.



FIGURA 2. Vista do Pontal do Serro do Malhão na Cabeça do Velho.



FIGURA 3. Palheiro de planta circular e cobertura em palha de centeio em Ebros.



FIGURA 4. Pocilgas em falsa-cúpula em Pampilhais de Cima.

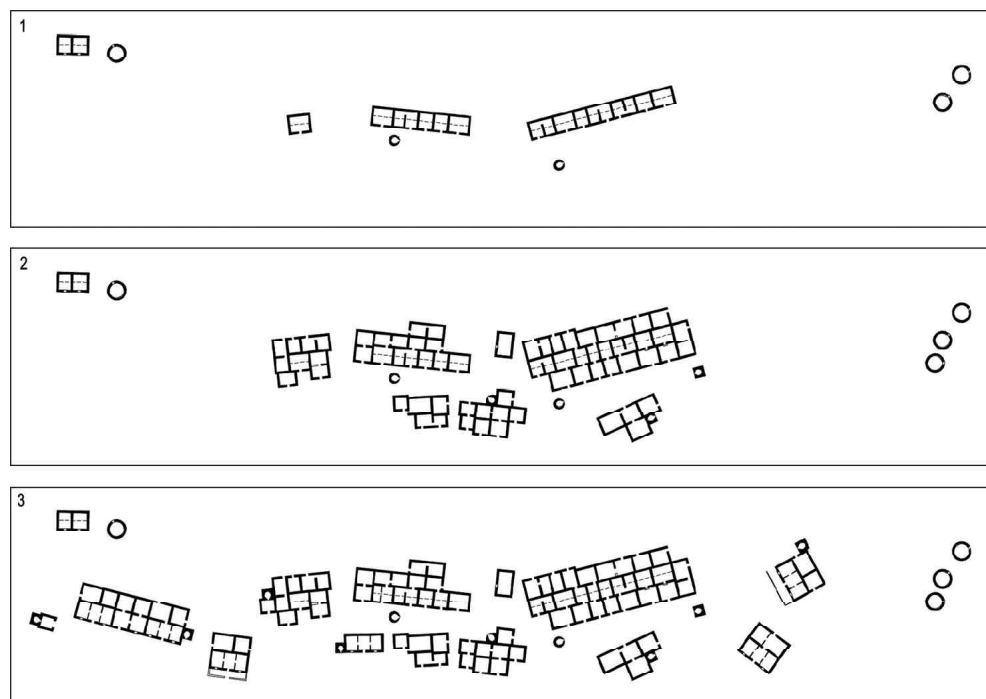


FIGURA 5. Diagrama de formação do assentamento.

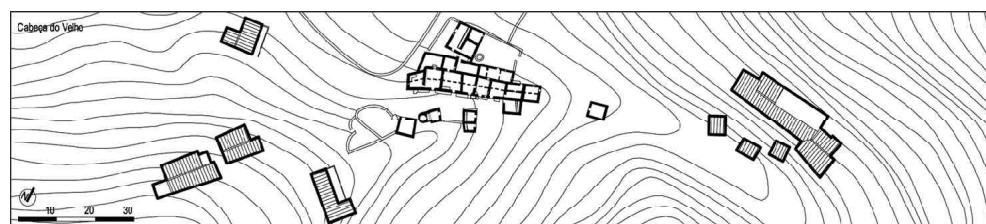


FIGURA 6. Planta parcial do Pontal do Serro do Malhão na Cabeça do Velho (levantamento elaborado por José Maria Lopes da Costa e Miguel Reimão Costa).

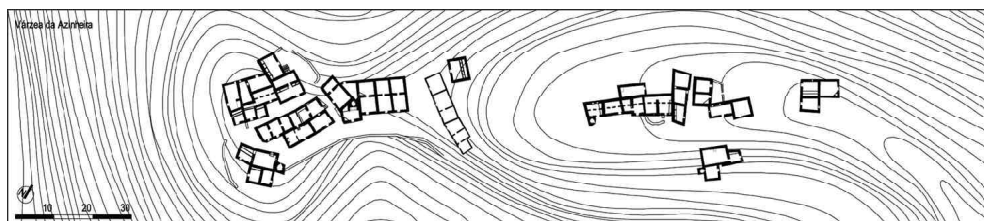


FIGURA 7. Planta integral de Várzea da Azinheira (levantamento elaborado por José Maria Lopes da Costa e Miguel Reimão Costa).

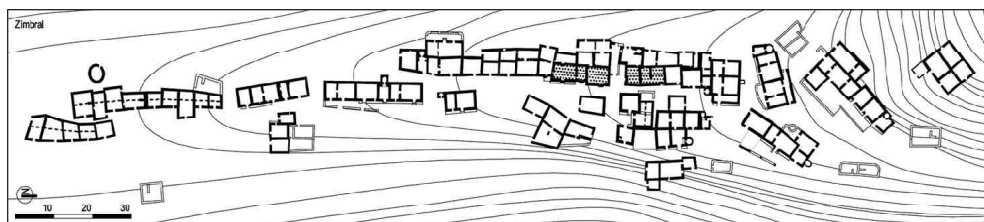


FIGURA 8. Planta parcial do Zimbral (levantamento elaborado por Nuno Reimão de Brito Peres, Miguel Reimão Costa e Stefano Malobbia).

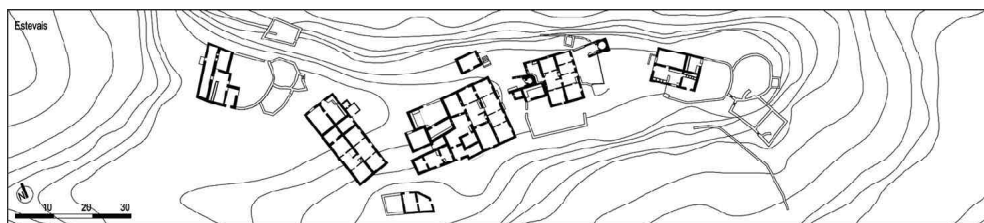


FIGURA 9. Planta parcial do monte dos Estevais (levantamento elaborado por Alexandre Miguel Costa, Eugénia Rodrigues Teixeira, Fernando Vítor Ribeiro, Marta Rodrigues dos Santos, Miguel Reimão Costa e Stefano Malobbia).



FIGURA 10. Vista noroeste de Eira Chã.



FIGURA 11. Vista sul de Várzea da Azinheira.



FIGURA 12. Vista nascente dos Estevais.